

Raphael anuncia que concorre ao Senado

O ex-Vice-Governador Raphael de Almeida Magalhães comunicou ontem oficialmente ao Governador Faria Lima sua candidatura ao Senado por uma das três sublegendas da Arena. O encontro, no Palácio Guanabara, durou hora e meia.

Raphael disse à imprensa que o tema predominante na audiência, além da sua candidatura, foi o da fusão em seus vários aspectos, "desde a lei que a criou, até a forma enérgica, determinada, honrada com que o Governador tem vencido as etapas do processo de integração do Estado da Guanabara e do Estado do Rio".

— Salientei ao Governador — prosseguiu — que alguns traços de sua administração lembram muito a de que participei: uma certa aspereza, uma certa dureza, um certo ar de determinação na realização do bem comum e muita dificuldade para a tolerância com o que se pode chamar de política paroquial, a pequena política dos favores e das trocas, que era para nós muito difícil de suportar e que certamente não é do agrado do Governador Faria Lima.

CANDIDATURA

Raphael de Almeida Magalhães explicou que são três as sublegendas da Arena para o Senado e que a Deputada Sandra Cavalcanti reivindicava uma, e ele outra.

— Há um candidato natural, um candidato por direito de presença, que é o Senador Vasconcelos Torres. Não creio que haja nenhuma incompatibilidade nem possibilidade de conflito entre minha postulação e a da Deputada Sandra Cavalcanti. Ao contrário, devemos dar um exemplo de civilidade, de entendimento, numa luta que é extremamente difícil.

Ressaltou Raphael não acreditar que a preferência do eleitorado se desenhe entre seguir ou não a política do ex-Governador Carlos Lacerda na escolha de seu nome ou de Sandra:

— Creio que o País anseia por definições novas, por um tipo de ação política mais ajustada com o futuro e mais moderna. Creio que nossa participação no Governo Carlos Lacerda seja apenas um ponto de referência. A partir daí, nossos pensamentos se afastam bastante.

SUCCESSÃO ESTADUAL

Como candidato ao Senado, Raphael de Almeida Magalhães disse encarar a sucessão no Rio de Janeiro como "um problema em nível federal" e que só vê possibilidade de a Arena fazer o sucessor de Faria Lima "através de um nome que o MDB aceite".

— Eventualmente, poderia ser um emedebista com o apoio da Arena.

Como o regime é um regime fechado, que não aceita disputas abertas, creio que o problema todo estará aí. Permitirá ou não o sistema uma disputa aberta nas convenções estaduais? Não sou eleitor nessa eleição, a chamada eleição indireta, mas, segundo a regra vigente, caberá ao MDB a eleição do Governador.

Raphael de Almeida Magalhães voltou ao tema da sucessão em nível federal e frisou que é preciso "saber da possibilidade de o colégio eleitoral, tanto na eleição do Presidente como dos Governadores, ter liberdade, e dos sintomas de que poderão ocorrer diversas candidaturas a diversos cargos".

— Segundo as regras presentes, é possível que os Governadores escolhidos pelo Planalto acabem não se elegendo pelos colégios eleitorais estaduais. Creio que a definição no Estado do Rio tem uma bifurcação nacional e a solução daqui dependerá da solução nacional que ocorrer. Aparentemente, o Governo não está pondo nenhum obstáculo à possível candidatura do General Euler Bentes.

Sobre se apoiaria Chagas Freitas ou Saturnino Braga numa eleição para o Governo do Estado, disse Raphael:

— Não voto nessa eleição, mas creio que não há termos de comparação entre o que representa o Senador Saturnino Braga e o que representa o senhor Chagas Freitas. Saturnino é um político de idéias, é um político de temas, de colocações, não é um político paroquial, o político de antigamente, o político que a meu ver nada tem a ver com o Brasil que queremos construir. O MDB tem de escolher entre ser um partido de afirmação ou ser um partido paroquial. Ser um partido que vai disputar no campo das idéias, como tem procurado fazer em termos nacionais, ou se vai simplesmente usufruir do Governo do Estado. As opções estão dilacerando o partido: trata-se de ser um partido de caráter ou de menos caráter.

REFORMAS

Raphael de Almeida Magalhães disse que seu pensamento sobre as reformas políticas se ajusta à declaração da Ordem dos Advogados do Brasil na Conferência de Curitiba, da qual participou:

— Eu quero a plenitude democrática. Isso significa restituir ao povo o direito de eleger seus governantes; restituir ao Congresso sua plena capacidade de deliberar; restituir ao Judiciário sua plena capacidade de funcionar; devolver aos partidos políticos sua plena capacidade de organizar a luta pelo Poder; e devolver ao povo brasileiro sua liberdade de pensar, dizer, fazer, agir, pensar, e votar.